

DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS TUTORES DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI), PARA MELHOR AUXILIAR SEUS TUTORANDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.

BRENDA MARQUES MOREIRA¹; LUCIELE DOS SANTOS OLIVEIRA²,

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS³.

¹Universidade Federal de Pelotas – brendaestudosvet@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucielesantos54@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – alinencm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), inaugurado em 15 de agosto de 2008, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atua com ações e políticas de inclusão no ensino superior, buscando a permanência e qualidade no ensino dos estudantes que ingressaram por cotas que passaram por processo seletivo e são pessoas com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista e, também atende acadêmicos (as) que ingressam por ampla concorrência, mas que são sujeitos de direito. Através de suas políticas e ações o NAI tem a intenção de proporcionar aos estudantes com deficiência um ensino que esteja acessível e pensado para as suas especificidades, fazendo com que os estudantes sintam-se acolhidos e pertencentes ao curso. Nesse sentido, o NAI busca minimizar eventuais dificuldades enfrentadas pelo público, combatendo desafios que se impõem ao longo da jornada acadêmica e tendo como foco o êxito do sujeito, que culmina na esperada formatura, momento sonhado pela maioria dos (as) acadêmicos (as) da UFPEL.

O direito à inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), busca garantir que o percurso acadêmico seja o mais acessível e inclusivo possível. O objetivo é proporcionar suporte contínuo para que os estudantes atípicos possam superar barreiras, concluindo a graduação e tornando-se profissionais capacitados e bem preparados para o mundo do trabalho. Esse suporte vai além do acesso à universidade, estendendo-se à permanência e ao sucesso desses alunos, promovendo uma formação de qualidade que os prepare para a vida profissional e para o exercício pleno da cidadania.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Na busca por estratégias que colaborem na perspectiva da permanência foi desenvolvido em 2017, o Programa de tutorias do NAI. As tutorias representam uma das diversas políticas e ações realizadas pelo núcleo e tem o intuito de auxiliar o aluno com deficiência que necessita de um reforço no percurso acadêmico. Não são todos os estudantes acompanhados pelo NAI que possuem tutores, atualmente o núcleo acompanha 294 estudantes e menos de 1/3 possui tutores (as). O NAI atualmente conta com 40 tutores (as) e as tutorias são realizadas por alunos (as)

bolsistas (com dedicação de 20 horas e remuneração de R\$700,00) ou voluntários (dedicação de 10 horas e sem remuneração) que estejam cursando graduação (bacharelado ou licenciatura) na UFPEL. O bolsista/voluntário é selecionado pelo NAI, através de um processo seletivo que se dá via edital, com recebimento de documentos e análise de uma banca e, após a seleção do tutor, é realizado um acolhimento com todos os escolhidos (as), passado várias instruções, na qual apresenta-se a equipe do NAI e é informado como se dá a rotina de atendimentos.

O estudante é orientado a identificar-se ao seu tutorando (aluno que compõe o público do NAI), explicando as suas funções e colocando-se à disposição para fixar o conteúdo e organizar a agenda acadêmica, combina-se os horários disponíveis, o local em que ocorrerá a tutoria e como se dará a assistência (presencial ou remota). Se presencial, os alunos devem dirigir-se a espaços acadêmicos da universidade (salas, biblioteca), jamais em locais particulares (casa do estudante). Uma dificuldade observada desde o início das tutorias refere-se a diferença de origem dos cursos dos tutores e tutorados, por vezes, as áreas de saber são diametralmente opostas, e isso ocasiona dificuldades, é necessário um esforço ainda maior do tutor que se vê confuso em como melhor ajudar seu tutorando. Outro ponto a destacar refere à resistência por parte de alguns dos professores em atuar ao encontro do documento orientador pedagógico, uma das hipóteses que gera a dificuldade está em desconhecer metodologias, avaliações e modelo de aula no viés do Desenho Universal da Aprendizagem, seja porque não tiveram uma formação ou por desinteresse em aprofundar saberes neste tópico. Como consequência, não entendem as necessidades dos tutorados e não seguem o documento. Importante destacar que cada um dos discentes atendidos pelo NAI tem um plano de ensino individual, elaborado por uma psicopedagoga com estratégias de ensino que versam sobre as necessidades específicas desses sujeitos. Outro obstáculo é a negação desse auxílio por parte do tutorando, que entende que não precisa dessa ajuda, apesar de sinalizar essa necessidade ao NAI. Ultrapassar essa resistência inicial é um desafio porque não há muito o que fazer se o estudante não está aberto ao auxílio. Além das tutorias, os estudantes acompanhados pelo NAI contam eventualmente com profissional da área da Psicologia e, permanentemente, com psicopedagogas durante a graduação.

Juntamente com o psicólogo e com a psicopedagoga do tutorando, o tutor se mantém em contato mediando o processo de aprendizagem para assim contribuir melhor com as necessidades e anseios deste (a) aluno (a). Ingressar no ambiente universitário traz muitos desafios frente à dimensão que envolve a estrutura da universidade, sua imponentia é perceptível nos inúmeros prédios, distribuídos em locais distantes, até mesmo em municípios diferentes (Capão do Leão), envolve conhecimento a priori, tais como a necessidade de saber deslocar-se com a utilização do ônibus de apoio, ir nas bibliotecas, acessar o restaurante universitário, compreender os benefícios que faz jus e como solicitá-los, tudo isso demanda autonomia e tomada de decisões. Em uma experiência anterior do ensino médio, isso centraliza-se na escola. A tutoria não é obrigatória dentro das ações do NAI, mas o tutor deve-se manter sempre à disposição de seu tutorando mesmo que ele não queira este suporte oferecido pelo núcleo, pois o mesmo poderá mudar de decisão e contar com o apoio desse agente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes formas de acolhimento e inclusão oferecidas pelo NAI são muito importantes para os alunos com deficiência e transtorno do espectro autista e altas habilidades, mas o caminho é cheio de espinhos, pois à medida que as dificuldades aparecem, impõem-se a necessidade de resolvê-las, sempre respeitando as diversidades de todos (as) alunos (as) da UFPEL, só assim se construirá bases de apoio sólidas e resistentes. Não há uma fórmula única e padronizada, pois cada discente é um e aprende de uma forma. Entre as dificuldades podemos destacar as barreiras comunicacionais, atitudinais, pedagógicas, de infraestrutura, entre outras.

A graduação deve ser um espaço de conhecimento, troca de saberes e acolhimento e essa construção vem sendo pensada e aprimorada desde os primeiros alunos oriundos do sistema de cotas de ações afirmativas até os dias atuais e continuará persistindo e sendo aperfeiçoada para os futuros discentes. Cabe ressaltar que esse é um dos compromissos assumidos pela universidade no tocante a proporcionar uma boa experiência acadêmica e formação adequada. O NAI e as tutorias simbolizam essa mobilização na mediação do ensino, portanto, concluímos a importância de programas e políticas que visem a atender discentes com deficiência e transtornos do espectro autista e altas habilidades e superdotação, identificando as suas necessidades e buscando maneiras de saná-las durante a sua permanência na instituição.

O NAI é um núcleo que está sempre disposto em ajudar e acolher seus tutores e tutorados (a), buscando proporcionar para ambos uma boa experiência acadêmica dentro da universidade. Além do papel que exerce com os discentes também atua na formação dos servidores, terceirizados e com os cuidadores. Embora em número menor, também auxilia os servidores com deficiência na instituição.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOLON CASTANHO, Denise; NAPOLEÃO FREITAS, Soraia. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial, v. 27, p. 1-4, 2006.

Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127397007>. Acesso em: 04 out. 2024.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista Movimento, v. 7, p. 78-91, mai. 2003. Disponível em:

<http://www.seer.uff.br/index.php/movimento/article/view/375>. Acesso em: 12 set. 2024.

EQUIPE NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. 2024. Monografia (Especialização em Acessibilidade e Inclusão) – **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Universidade Federal de Pelotas**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobreonucleo/>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação; n. 200). Disponível em: [http://www.camara.leg.br/editora] (http://www.camara.leg.br/editora). Acesso em: 1 out.